

EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG NO TRIÊNIO

EVOLUTION OF INFLATION IN THE MUNICIPALITY OF FORMIGA, MG

Ciências Sociais Aplicadas • 09/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783135050](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783135050)

Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira¹

Maria Eliza Maia Rabelo²

Letícia Fernandes³

Daniel Gonçalves Ebias⁴

RESUMO

Este estudo implantou uma metodologia do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FGA), adaptada ao contexto municipal, avaliando os anos de 2022 e 2025, como instrumento de monitoramento econômico. A pesquisa fundamenta-se na adaptação metodológica do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e na análise do Custo da Cesta Básica (CCB-FGA), relacionando os dados empíricos à Teoria da Função Consumo de Keynes e à Hipótese da Renda Permanente de Friedman. A metodologia fundamenta-se na adaptação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC/IBGE), utilizando a fórmula de Laspeyres para o cálculo do IPC-FGA e do Custo da Cesta Básica (CCB-FGA). Foram coletados mensalmente os preços de 209 itens em estabelecimentos de relevância econômica local, com pesos ponderados a partir da estrutura da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ajustados à realidade do interior mineiro. Os resultados evidenciaram aumento do custo da cesta básica, que passou de R\$ 498,89 em 2023 para R\$ 685,71 em maio de 2025, correspondendo a um crescimento nominal de aproximadamente 37%. Conclui-se que a volatilidade dos preços e o aumento no custo dos alimentos essenciais atuam como um dreno sobre a renda disponível, forçando ajustes regressivos no padrão de consumo das famílias e evidenciando que o crescimento econômico local enfrenta desafios significativos para se traduzir em bem-estar real.

Palavras-chave: Inflação; Cesta Básica; Potencial de Consumo.

ABSTRACT

This study implemented a methodology for calculating the Consumer Price Index (CPI-FGA), adapted to the municipal context, by evaluating the years 2022 and 2025 as an instrument for economic monitoring. The research is based on the methodological

adaptation of the Consumer Price Index (CPI) and the analysis of the Basic Food Basket Cost (CCB-FGA), relating the empirical data to Keynes's Consumption Function Theory and Friedman's Permanent Income Hypothesis. The methodology is grounded in an adaptation of Brazil's National Consumer Price Index System (SNIPC/IBGE), using the Laspeyres formula to calculate both the CPI-FGA and the Basic Food Basket Cost (CCB-FGA). Prices for 209 items were collected monthly from establishments of local economic relevance, with weights derived from the structure of the Household Budget Survey (POF) and adjusted to reflect the socioeconomic reality of the interior of the state of Minas Gerais. The results revealed a substantial increase in the cost of the basic food basket, rising from BRL 498.89 in 2023 to BRL 685.71 in May 2025, corresponding to a nominal increase of approximately 37%. It is concluded that price volatility and the rising cost of essential food items act as a drain on disposable income, forcing regressive adjustments in household consumption patterns and demonstrating that local economic growth faces significant challenges in translating into tangible improvements in household welfare.

Keywords: Inflation; Basic Food Basket; Consumption Potential.

1. INTRODUÇÃO

A inflação exerce impacto direto sobre a vida dos consumidores, refletindo-se em alterações significativas no orçamento das famílias brasileiras. O aumento contínuo dos preços representa não apenas a elevação do custo de vida, mas também a redução do poder de compra da moeda, comprometendo o acesso da população a bens e serviços essenciais.

Nesse contexto, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) surge como um instrumento fundamental para mensurar as variações de preços de uma cesta de bens e serviços representativa do consumo básico da população. O índice funciona como um termômetro da inflação e, segundo Melo, Ferreira e Souza (2024, p. 45), sua aplicação em nível municipal é estratégica, pois permite captar choques de oferta e demanda que índices nacionais agregados tendem a diluir. Assim, os resultados obtidos permitem identificar tendências inflacionárias locais com base na comparação entre preços médios de períodos distintos (ALVIS, 2009).

O presente estudo desenvolveu e aplicou uma metodologia para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor de Formiga (IPC-FGA), adaptada à realidade socioeconômica do município, bem como analisou a evolução do comportamento inflacionário local e sua relação com o custo da cesta básica e o potencial de consumo entre os anos de 2022 e 2025. A relevância desta pesquisa fundamenta-se em duas vertentes principais, econômica e social. Sob a ótica econômica, a diversidade produtiva de Formiga — que abrange desde o mercado de certificadora digitais até o comércio dinâmico — demanda indicadores precisos para subsidiar decisões estratégicas e reajustes contratuais. Como aponta Oliveira (2023, p. 78), a carência de dados locais pode gerar distorções que prejudicam a competitividade das empresas da região.

Já sob a vertente social, o estudo justifica-se pela necessidade de medir o impacto real da inflação nos gastos cotidianos das famílias formiguenses. Santos (2024, p. 94) argumenta que a inflação atua como um mecanismo regressivo, afetando com maior intensidade as camadas da população que possuem menor flexibilidade orçamentária. Portanto, a análise da inflação em Formiga torna-se

essencial não apenas para o equilíbrio de mercado, mas como ferramenta de suporte para a formulação de políticas públicas voltadas à proteção do poder de compra local. Nesse sentido, a pesquisa sobre a inflação no município de Formiga, torna-se essencial para medir o impacto direto da inflação nos gastos cotidianos das famílias.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inflação é classicamente definida como o aumento persistente e generalizado do nível de preços de uma economia, o que resulta na perda do poder de compra da moeda local. Segundo Sicsú (2019), ela não deve ser confundida com altas pontuais de preços em setores específicos, mas sim como um fenômeno macroeconômico que afeta o custo de vida de forma sistêmica.

Do ponto de vista monetário, a inflação representa o desequilíbrio entre a oferta de moeda e a produção de bens e serviços. Quando a demanda agregada supera a capacidade produtiva (oferta agregada), ocorre a pressão inflacionária. O potencial de consumo é um indicador sintético que projeta a capacidade de absorção de bens e serviços por uma determinada população. No caso de Formiga, a evolução nominal dos dados reflete tanto o crescimento da atividade econômica regional quanto o ajuste aos novos patamares de preços estabelecidos na última década.

Melo e Ferreira (2024), na Revista de Gestão e Políticas Públicas, ressaltam que em economias locais diversificadas, a percepção da inflação é filtrada pela estrutura do mercado de trabalho regional, tornando o monitoramento local uma ferramenta indispensável para a preservação do bem-estar social. Santos (2024), na Revista Mineira

de Economia Aplicada, observa que a resiliência do consumo em cidades médias de Minas Gerais é sustentada por uma base de renda estável, mas alerta que a inflação de itens de primeira necessidade pode desestabilizar essa suavização do consumo, forçando as famílias a realocarem recursos de forma defensiva. Isso sugere que o montante de R\$ 2,385 bilhões projetado para 2025 depende da percepção de estabilidade econômica local.

A análise da evolução do potencial de consumo de Formiga (MG) encontra sustentação na Teoria da Função Consumo de Keynes (1996) e na Hipótese da Renda Permanente de Friedman (1957). A análise do potencial de consumo de uma localidade exige a compreensão dos determinantes que levam as famílias a alocarem sua renda. A base fundamental dessa investigação remete à Teoria da Função Consumo, formulada por John Maynard Keynes (1996). Segundo a "Lei Psicológica Fundamental" keynesiana, o consumo corrente é determinado primordialmente pela renda disponível corrente. Keynes postulou que a propensão marginal a consumir é positiva, porém inferior à unidade, o que implica que, embora o aumento da renda gere um incremento no consumo, este ocorre em menor proporção, já que uma parcela da renda adicional é destinada à poupança. No contexto de Formiga, essa visão explica como choques imediatos na economia local — como a instalação de novas indústrias ou variações na massa salarial sazonal — refletem-se quase instantaneamente na demanda por bens e serviços no varejo municipal.

Contudo, a volatilidade da renda corrente nem sempre se traduz em variações equivalentes no padrão de vida das famílias, fenômeno que encontra explicação na Hipótese da Renda Permanente, proposta por Milton Friedman (1957). Ao contrário da visão

keynesiana, Friedman argumenta que o consumo não é pautado por ganhos transitórios ou flutuações de curto prazo, mas sim pela expectativa de renda média que o indivíduo espera auferir ao longo de sua vida. De acordo com essa perspectiva, as famílias buscam a "suavização do consumo" (consumption smoothing), mantendo um padrão de gastos estável mesmo diante de crises temporárias ou bonificações inesperadas. Isso sugere que o montante de R\$ 2,385 bilhões projetado para o potencial de consumo de Formiga em 2025 é sustentado por uma percepção de estabilidade econômica, onde a confiança na renda de longo prazo atua como um colchão contra as incertezas macroeconômicas.

A integração dessas duas abordagens no estudo de municípios é fundamental para compreender a hierarquia econômica urbana. Enquanto a função consumo de Keynes permite mapear a sensibilidade do mercado local às políticas fiscais e de crédito, a hipótese de Friedman justifica a resiliência de Formiga como o 58º maior mercado de Minas Gerais. A consolidação desse potencial de consumo reflete uma estrutura socioeconômica onde a renda permanente — oriunda de setores como o funcionalismo público, o polo educacional e a indústria extrativa — oferece a previsibilidade necessária para a manutenção de investimentos privados e a expansão do setor de serviços. Assim, a dinâmica do consumo municipal revela-se como um equilíbrio entre a resposta imediata aos fluxos de caixa e o planejamento racional das famílias frente ao horizonte econômico.

O salto nominal para R\$ 2,385 bilhões em 2025 reflete a expansão da massa de renda, contudo, sua distribuição entre as categorias de gasto é governada pela variação dos Preços Relativos. Conforme salientam Pinho e Vasconcellos (2017), a inflação atua de forma

assimétrica; quando itens essenciais apresentam altas superiores à média do IPCA, ocorre um “efeito renda” negativo que comprime o gasto em setores discricionários. Assim, a posição de Formiga no ranking estadual é o resultado da interação entre a renda disponível local e a eficiência das famílias em realocar seus orçamentos diante das pressões inflacionárias."

Conforme a premissa de Friedman (1957), se o consumo é pautado pela renda de longo prazo, a inflação local atua como um ruído que pode distorcer a percepção das famílias sobre sua real capacidade de gasto. A ausência de um IPC específico para Formiga impede a deflação correta desses valores, impossibilitando aferir se o salto de 120% no potencial de consumo reflete um ganho de bem-estar ou apenas o ajuste passivo aos novos patamares de preços.

A fundamentação baseada em Pinho e Vasconcellos (2017) alerta que a inflação não atinge todos os estratos da cesta de consumo de forma homogênea. Para um polo regional com as características de Formiga, onde coexistem setores industriais e um setor de serviços dinâmico, o monitoramento dos preços relativos é vital. O IPC local permitirá identificar o momento em que a inflação de itens essenciais (como energia e alimentos) passa a drenar a renda que seria destinada aos setores discricionários, afetando a hierarquia econômica do município.

Ao integrar a visão keynesiana da propensão a consumir com a necessidade de indicadores locais, este estudo sinaliza que o IPC de Formiga não é apenas um índice estatístico, mas um instrumento de política econômica local. Ele substancia a tomada de decisão tanto para o setor público (ajustes de contratos e políticas sociais)

quanto para o setor privado (estratégias de precificação e investimento).

Em última análise, a transição de Formiga entre os postos do ranking estadual, embora apresente uma leve oscilação, revela uma economia em maturação. Contudo, para que essa relevância econômica se sustente e se traduza em desenvolvimento, é imperativo que o poder de compra seja preservado e mensurado por meio da coleta dos índices. A implantação do IPC local, portanto, confere rigor científico à gestão da realidade financeira do cidadão formiguense.

3. METODOLOGIA

A base metodológica para a análise do potencial de consumo fundamenta-se na estrutura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). A população-objetivo, conforme estabelecido pelo IBGE, compreende famílias residentes em áreas urbanas com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos, independentemente da fonte de renda. Conforme destaca Oliveira (2023), a utilização dessa amplitude de renda é essencial para captar a heterogeneidade do consumo em polos regionais, garantindo que o índice reflita tanto o consumo de subsistência quanto o consumo discricionário.

A definição do conjunto de bens e serviços representativos desse consumo advém da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). A estrutura de pesos é organizada de forma hierárquica, permitindo a desagregação do consumo em quatro níveis: grupo, subgrupo, item e subitem. O subitem representa o nível máximo de especificidade para o qual existe um peso explícito associado. Atualmente, as

estruturas de ponderações utilizadas para o cálculo dos índices resultaram da consolidação dos orçamentos familiares levantados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). As estruturas são montadas utilizando-se uma organização de códigos em grupamentos logicamente estabelecidos de forma que ficam juntas as categorias de consumo de mesma natureza, resultando nos seguintes níveis de agregação, assim hierarquizados: grupo; subgrupo; item; e subitem

Portanto, o nível mais desagregado para o qual associam-se informações da POF e, conseqüentemente, para o qual há peso explícito, é o subitem. Em seguida à organização das estruturas de consumo, de acordo com a classificação do SNIPC, passa-se ao cálculo dos pesos (IBGE, 2013). O IPC-FGA foi obtido a partir das fórmulas de Laspeyres, empregadas pelo IBGE, com os pesos adaptados da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mensalmente, entre os dias 05 e 15, foram coletados preços médios de 209 itens, distribuídos em 9 grupos: 1. Alimentação e Bebidas; 2. Habitação; 3. Artigos de Residência; 4. Vestuário; 5. Transporte; 6. Saúde e Cuidados Pessoais; 7. Despesas Pessoais; 8. Educação; 9. Comunicação.

A coleta foi realizada nos quatro estabelecimentos de maior relevância econômica de Formiga. Na ausência de itens específicos da planilha original no mercado local, procedeu-se à redistribuição de pesos dentro do próprio grupo, técnica recomendada por Oliveira (2023) para evitar distorções no índice geral. Na inexistência de bens e/ou serviços localmente, mas contemplados na planilha original, os pesos foram redistribuídos dentro do grupo. A divulgação entre os dias 20 e 21 de cada mês por meio da parceira do Centro Universitário e do Sicoob Credifor de Formiga-MG. Essa estrutura

permite que a análise do potencial de consumo de Formiga (MG) não seja apenas um número isolado, mas o reflexo de uma cesta de bens ponderada pela realidade socioeconômica das famílias urbanas, garantindo que variações em itens de maior peso (como habitação ou alimentação) tenham impacto proporcionalmente maior no índice final.

Desse modo, o cálculo do peso do subitem é dado por:

$$W_j = \frac{\sum_{e=1}^n p_e X_{ej}}{\sum_{e=1}^n p_e X_e}$$

Onde:

- W_j é o peso do subitem j considerando todas as famílias;
- n é o número total de domicílios;
- X_{ej} é a despesa da família “ e ” no subitem j ;
- X_e é a despesa total da família “ e ”; e
- p_e é o fator de expansão da amostra da POF atribuído ao domicílio da família.

Conforme as diretrizes do IBGE (2013), o cálculo do peso de um determinado subitem considera a representatividade da despesa de cada unidade domiciliar em relação ao gasto total, corrigida pelo fator de expansão da amostra. Silva e Pires (2023, p. 118) salientam que a transposição de pesos de uma metrópole (Belo Horizonte) para um município do interior deve considerar a "elasticidade-local", redistribuindo pesos de serviços inexistentes para categorias correlatas de consumo interno.

O município de Formiga, situado na região Centro-Oeste de Minas Gerais, na Zona Campo das Vertentes, abrange uma área de 1.501,02 km² e integra uma microrregião composta por oito municípios: Arcos, Camacho, Córrego Fundo, Itapeçerica, Pains, Pedra do Indaiá e Pimenta. A economia formiguense caracteriza-se pela diversificação produtiva, destacando-se grandes usinas siderúrgicas, sucroalcooleiras, indústrias de extração de minério de ferro e cal, além da produção de clínquer e cimento. Complementam esse cenário atividades nos setores de confecção, extrativismo, fogos de artifício, calçados, laticínios, indústria farmacêutica, turismo e comércio dinâmico. O município de Formiga, integra uma microrregião estratégica com população estimada em 70.668 habitantes (IBGE, 2024). A economia é marcada por uma diversificação que abrange desde siderurgia e mineração até um polo farmacêutico e de serviços. Esta complexidade produtiva sustenta a evolução do potencial de consumo, que projeta um salto nominal de R\$ 1,052 bilhão (2013) para R\$ 2,385 bilhões (2025).

Embora o município tenha oscilado da 51^a para a 58^a posição no ranking estadual, Santos (2024) interpreta esse movimento não como retração, mas como uma evidência da "dinâmica de desconcentração industrial" mineira, onde polos de agronegócio cresceram aceleradamente. Assim, o IPC-FGA surge como a ferramenta necessária para deflacionar esse crescimento nominal e identificar o ganho real de bem-estar da população formiguense.

A evolução econômica do município de Formiga, na última década, revela um crescimento robusto em termos nominais, acompanhando as transformações do mercado regional mineiro. A evolução econômica de Formiga reflete um crescimento nominal expressivo. Enquanto em 2013 o potencial de consumo era de R\$

1,052 bilhão, ocupando a 51ª posição estadual (SEBRAE-MG, 2013), as projeções para 2025 elevam esse valor para R\$ 2,385 bilhões, situando o município na 58ª posição (IPC Marketing Editora, 2025). Embora o valor absoluto tenha apresentado uma valorização superior a 120%, observa-se uma leve alteração na hierarquia econômica do estado. Formiga ocupa atualmente a 58ª posição entre os 853 municípios de Minas Gerais, com uma participação relativa de 0,321% no consumo total mineiro. Essa ligeira variação no ranking — de 51ª para 58ª posição — não indica retração, mas sim um reflexo do crescimento acelerado de polos impulsionados pelo agronegócio e pela expansão industrial em outras regiões do estado.

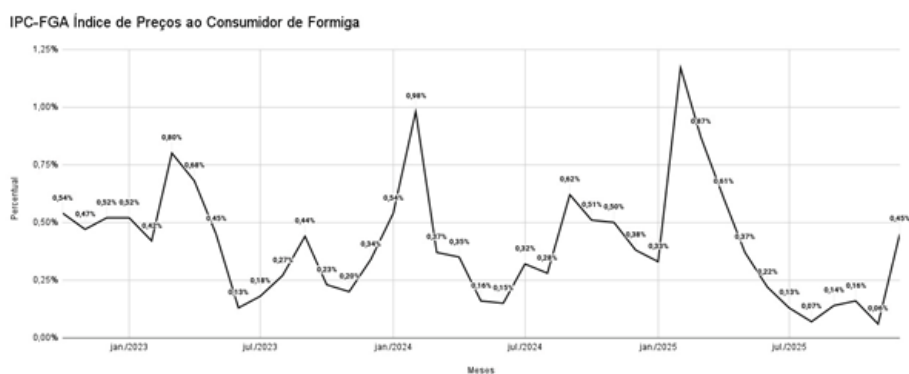
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do comportamento inflacionário em Formiga, capturada pelo IPC-FGA (2022-2025), revela uma dinâmica de preços marcada por volatilidade sazonal e períodos de pressão acentuada, essenciais para compreender o poder de compra real do município.

Segundo a teoria de Pinho e Vasconcellos (2017), picos superiores a 1% em um único mês geram um "efeito renda" negativo imediato. Para as famílias que operam sob a Lei Psicológica Fundamental de Keynes, esse aumento súbito nos preços de itens básicos força uma retração instantânea no consumo de bens não essenciais. Por outro lado, a queda acentuada do índice no final de 2025 (médias abaixo de 0,15% entre julho e novembro) sugere um ambiente de recuperação do poder de compra, o que corrobora com a Hipótese da Renda Permanente, permitindo que as famílias estabilizem seus gastos após os choques do primeiro semestre.

O índice demonstra que a inflação em Formiga não é linear, apresentando flutuações significativas ao longo do período analisado. Observam-se três momentos de picos inflacionários: março/2023 (0,80%), fevereiro/2024 (0,98%) e o ápice da série histórica em fevereiro/2025 (1,17%). Em contrapartida, o segundo semestre de 2025 apresentou uma desaceleração consistente, atingindo o patamar mínimo de 0,06% em novembro/2025, antes de uma leve recuperação em dezembro (0,45%), conforme Gráfico 1.

Gráfico 1. Tendência de alta no 1º trimestre de cada ano (2023, 2024, 2025).

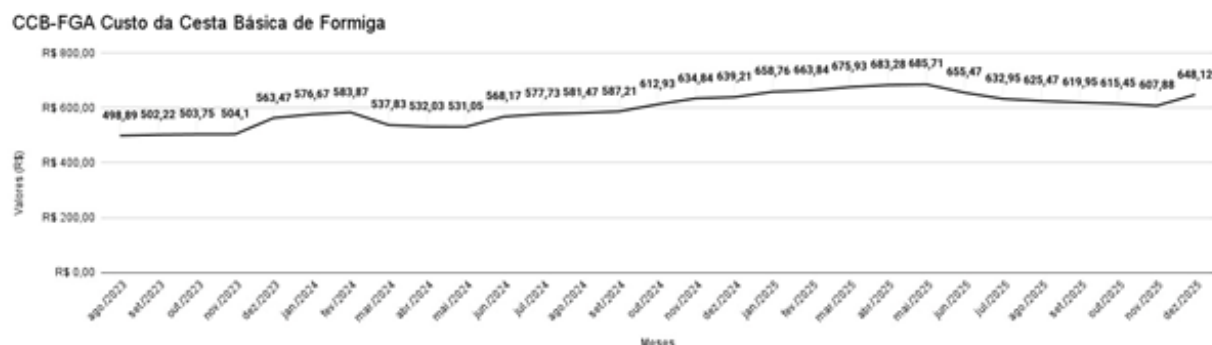


Fonte: dados da pesquisa, 2025.

De acordo com o Gráfico 2, o custo da cesta básica em Formiga revela uma tendência de elevação estrutural ao longo do período de agosto de 2023 a dezembro de 2025, impactando diretamente o orçamento das famílias de menor renda. O valor da cesta básica iniciou o período em R\$ 498,89 (agosto/2023) e atingiu seu pico histórico em maio de 2025, chegando a R\$ 685,71. Em menos de dois anos, o custo dos alimentos essenciais sofreu uma valorização nominal de aproximadamente 37%. Este aumento pressiona a "renda disponível" mencionada por Keynes. Se o custo da alimentação sobe mais rápido que os ajustes salariais, a propensão marginal a consumir outros bens (vestuário, lazer, serviços) diminui

drasticamente, pois a cesta básica é um bem de demanda inelástica (essencial).

Gráfico 2. Custo da Cesta básica – 2023-2025



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A evolução do Custo da Cesta Básica em Formiga (CCB-FGA) reforça a leitura de que a inflação local possui um componente estrutural concentrado nos alimentos, afetando de forma desproporcional as famílias de menor renda. Entre agosto de 2023 e abril de 2025, o valor da cesta passou de R\$ 498,89 para R\$ 685,71, acumulando uma elevação nominal de aproximadamente 37% em menos de dois anos.

Inicialmente, observa-se um período de relativa estabilidade, no qual o custo da cesta manteve-se próximo ao patamar de R\$ 500,00, encerrando 2023 em R\$ 563,47. Esse intervalo caracteriza uma fase de previsibilidade econômica, na qual o baixo desvio dos preços permitiu que as famílias organizassem seu consumo sem a necessidade de realocação emergencial da renda. Conforme Friedman (1957), a estabilidade dos preços essenciais é condição fundamental para que os agentes baseiem suas decisões de consumo na renda permanente, e não apenas na renda corrente.

Entretanto, a partir de 2024, inicia-se o período mais crítico da série histórica. O avanço quase contínuo do custo da cesta básica culmina no pico de maio de 2025, movimento que coincide diretamente com os maiores registros inflacionários do IPC-FGA. Essa simultaneidade reforça a hipótese de que a inflação local foi fortemente impulsionada pelos alimentos, setor caracterizado por demanda altamente inelástica.

Segundo Pinho e Vasconcellos (2017), aumentos expressivos em bens de primeira necessidade produzem efeitos redistributivos adversos, comprimindo a renda disponível e deslocando o orçamento familiar para a subsistência. Nesse cenário, mesmo diante do crescimento do potencial de consumo nominal do município — estimado em R\$ 2,385 bilhões — o bem-estar econômico real tende a se deteriorar. O aumento nominal da renda não se traduz automaticamente em maior consumo efetivo, mas sim em maior esforço financeiro para manter padrões mínimos de vida.

Após o pico de maio de 2025, observa-se uma deflação alimentar relevante, com o custo da cesta recuando para R\$ 607,88 em novembro. Esse comportamento pode indicar uma recomposição parcial do poder de compra das famílias. No entanto, o repique inflacionário de dezembro de 2025 — tanto no IPC-FGA (0,45%) quanto no custo da cesta (R\$ 648,12) — evidencia a persistência de vulnerabilidades estruturais e a forte influência de fatores sazonais, especialmente associados às festividades de fim de ano.

Sob a perspectiva keynesiana, essa instabilidade recorrente no custo de vida tende a reduzir a propensão marginal a consumir, mesmo em períodos de aumento da renda nominal, como o pagamento do

13º salário. A incerteza quanto aos preços futuros incentiva comportamentos mais cautelosos, favorecendo a poupança defensiva ou a quitação de dívidas, em detrimento do consumo.

Os resultados evidenciam que a economia de Formiga, no período analisado, foi marcada por choques inflacionários recorrentes, forte pressão sobre os alimentos e recuperação apenas parcial do poder de compra. Embora haja sinais de desaceleração inflacionária no segundo semestre de 2025, o padrão observado sugere que tais movimentos ainda são dependentes de fatores sazonais, não configurando uma trajetória sustentável de estabilidade de preços.

A análise conjunta do IPC-FGA e do custo da cesta básica (CCB-FGA) demonstra que o crescimento do potencial de consumo nominal do município não foi acompanhado por uma melhora proporcional no bem-estar econômico da população. Pelo contrário, a elevação persistente dos preços de bens essenciais comprometeu a renda real, forçando ajustes regressivos no padrão de consumo das famílias, especialmente das camadas de menor renda.

Do ponto de vista teórico, os achados corroboram a Lei Psicológica Fundamental de Keynes e a Hipótese da Renda Permanente de Friedman, ao evidenciar que choques inflacionários em bens de demanda inelástica geram retração do consumo discricionário e aumentam a cautela dos agentes econômicos. Assim, políticas locais voltadas ao monitoramento de preços, apoio à renda e estímulo à estabilidade do mercado de alimentos tornam-se fundamentais para mitigar os efeitos adversos da inflação sobre o bem-estar social formiguense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação da metodologia do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC/IBGE) demonstrou ser operacionalmente viável para municípios de médio porte, permitindo a obtenção de indicadores periódicos capazes de refletir as especificidades do mercado consumidor local. Assim, o presente estudo desenvolveu e aplicou uma metodologia para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor de Formiga (IPC-FGA), adaptada à realidade socioeconômica do município, bem como analisou a evolução do comportamento inflacionário local e sua relação com o custo da cesta básica e o potencial de consumo entre os anos de 2022 e 2025.

Os resultados evidenciaram que a dinâmica inflacionária observada em Formiga apresentou comportamento sazonal, caracterizado por períodos de aceleração e desaceleração dos preços, com impactos mais expressivos sobre os bens essenciais, especialmente os alimentos. A evolução do custo da cesta básica revelou aumento nominal significativo ao longo da série analisada, indicando redução do poder de compra das famílias e comprometimento crescente da renda destinada ao consumo de outros bens e serviços. Esses resultados reforçam que a análise de indicadores locais permite captar particularidades que não são plenamente evidenciadas pelos índices nacionais ou regionais, contribuindo para uma compreensão mais precisa da dinâmica econômica municipal.

Sob a perspectiva teórica, os achados mostram-se consistentes com a Teoria da Função Consumo de Keynes e com a Hipótese da Renda Permanente de Friedman, na medida em que evidenciam que aumentos persistentes nos preços de bens essenciais reduzem a renda disponível para o consumo discricionário e influenciam o comportamento das famílias diante das expectativas econômicas.

Entretanto, os resultados devem ser interpretados considerando que tais teorias foram utilizadas como referencial analítico para interpretação dos fenômenos observados, não constituindo objeto de teste econométrico.

Como principal contribuição, a pesquisa disponibiliza um procedimento metodológico passível de replicação em outros municípios que não dispõem de indicadores próprios de inflação, ampliando as possibilidades de monitoramento da economia local e fornecendo subsídios técnicos para gestores públicos, instituições financeiras, organizações empresariais e pesquisadores na formulação de políticas, definição de estratégias de precificação e acompanhamento das condições de vida da população.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a adaptação da estrutura de ponderação da Pesquisa de Orçamentos Familiares para a realidade local, uma vez que inexistem levantamentos específicos de orçamento familiar para o município de Formiga. Embora os procedimentos metodológicos adotados procurem minimizar possíveis distorções, recomenda-se cautela na comparação direta dos resultados com índices oficiais produzidos para grandes centros urbanos.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros ampliem a série histórica do IPC-FGA, incorporem análises comparativas com outros municípios e índices oficiais de inflação, bem como utilizem técnicas estatísticas que permitam avaliar a influência de fatores macroeconômicos e setoriais sobre a dinâmica dos preços locais. A continuidade do monitoramento contribuirá para consolidar o IPC-FGA como um instrumento permanente de acompanhamento da

inflação municipal e de apoio à tomada de decisão baseada em evidências.

6. DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver nenhuma situação de conflito de interesse, tais como financiamento, coleta dos dados e divulgação, entre outras, que pudessem influenciar no desenvolvimento do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIS, A. L. **Indicadores de Preços: Metodologia e Aplicações**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FRIEDMAN, M. A ***Theory of the Consumption Function***. Princeton: Princeton University Press, 1957.

IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: estrutura de ponderações**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IPC MARKETING EDITORA. **IPC Maps 2025: Índice de Potencial de Consumo**. São Paulo: IPC Marketing, 2025. Disponível em: <https://www.ipcbr.com/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MELO, R. J.; FERREIRA, L. C. O papel dos indicadores locais na governança municipal. **Revista de Gestão e Políticas Públicas**, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2024.

MELO, R. J.; FERREIRA, L. C.; SOUZA, T. M. Monitoramento de preços em cidades médias: uma análise da inflação regional no interior de Minas Gerais. **In:** Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Rio de Janeiro: ANPEC, 2024. p. 41-58.

OLIVEIRA, F. A. **Adaptação de Índices de Preços para Cidades Polo:** Teoria e Prática. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Regional, 2023.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de.; TONETO JUNIOR, R. **Introdução à economia.** São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, L. M. Dinâmica do consumo e inflação no Centro-Oeste mineiro (2020-2025). **Revista Mineira de Economia Aplicada**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 88-105, jan./jun. 2024.

SEBRAE-MG. **Perfil Socioeconômico de Formiga.** Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, 2013.

SICSÚ, J. **Inflação e Deflação:** Teoria e Política Monetária. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SILVA, A. R.; PIRES, M. C. Heterogeneidade espacial da inflação brasileira. **Revista Brasileira de Economia Regional**, v. 11, n. 3, p. 110-128, 2023

SILVA, C. R. L. da.; LUIZ, S. **Economia e mercados:** Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

¹ Doutora em Administração e professora titular dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário de

Formiga (UNIFOR-MG).

² Graduanda do 7º período do curso de Administração do Centro
Universitário de Formiga (UNIFOR-MG).

³ Graduanda do 7º período do curso de Ciências Contábeis do Centro
Universitário de Formiga (UNIFOR-MG).

⁴ Mestre em Transportes, Coordenador dos cursos de Administração
e Ciências Contábeis e Professor titular do Centro Universitário de
Formiga (UNIFOR-MG).